

# Observatório da Oposição

28 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 17

## Canal de TV do PT por satélite visa ideologizar dependentes dos programas sociais



**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

## SÍNTESE

- O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou o canal PTSAT via satélite e solicitou a concessão para operar um canal de TV aberta.
- A Constituição define princípios regulatórios para emissoras de rádio e televisão no artigo 221, privilegiando caráter educativo, artístico, cultural e informativo. Frisa-se, não há previsão para conteúdos ideológico-partidários.
- A Lei nº 9.096/1995 delinea a natureza dos partidos políticos, que se destina a assegurar a autenticidade do sistema representativo e defender direitos fundamentais. Destacamos que não há previsão para “atuação educativa”, como manifestado pela solicitação do PT.
- **Levanta-se ainda a questão da operação do canal do PT durante as eleições, ponderando se um partido teria a permissão para transmitir conteúdos ideológico-partidários 24 horas por dia.**
- A anuência das autoridades governamentais nos parece contrária aos princípios constitucionais relativos à equidade entre partidos, à produção e à programação das emissoras de rádio e televisão.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



# POLÍTICA

## PT quer programação em TV aberta para atingir maior fatia da população

### Contextualização

- Capitalizando sobre o avanço do sistema de transmissão digital para emissoras abertas, o Partido dos Trabalhadores (PT) anunciou o lançamento de um canal de televisão via satélite denominado PTSAT, 1313.
- Esse canal será operado por meio do aluguel de capacidade satelital, estabelecido através de uma parceria com a Embratel.

De acordo com dados de 2023 da empresa [Kantar IBOPE Media](#), a televisão linear (TVs aberta e paga) representa 78,7% do tempo do consumo domiciliar de brasileiros, atestando a relevância estratégica de se investir na tecnologia.



- A expansão do sinal 5G e a migração da TV aberta para a banda Ku sinalizam a futura adoção completa do sinal digital por todo o público da TV aberta.
- O governo federal está acelerando esse processo ao [distribuir kits para famílias do Cadastro Único](#) com antenas parabólicas convencionais em áreas de cobertura 5G, facilitando a transição para o sinal digital em suas televisões.
- Não satisfeita, em junho, a legenda liderada pelo Presidente Lula oficialmente apresentou um requerimento ao Ministério das Comunicações com o objetivo de obter a concessão para operar um canal de televisão de sinal aberto.
- Dessa forma, o PT avança em sua busca por aumentar sua presença nas residências dos cidadãos brasileiros, disseminando sua ideologia partidária, eventos e narrativas.



## Análise

- A abordagem em análise suscita considerações de inconstitucionalidade à luz do disposto no âmbito da Comunicação Social, mais especificamente no artigo 221 da Constituição, o qual delinea os princípios reguladores a serem adotados pelas emissoras de rádio e televisão.
- Torna-se evidente, a partir da disposição constitucional, a atribuição de precedência às finalidades de cunho educativo, artístico, cultural e informativo, cujas características intrínsecas se diferenciam de maneira notória da disseminação de informações partidárias e ideológicas, conforme defendido pelo PT.
- O regulamento concernente aos serviços de radiodifusão estabelece que, em paralelo aos órgãos da Federação, somente Instituições de Ensino Superior, Empresas de Capital Aberto ou de Responsabilidade Limitada, em consonância com as determinações delineadas no parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição de 1988, e Entidades Fundacionais, estão autorizados a operar os serviços de radiodifusão no âmbito do país.

- A própria legislação pertinente aos partidos políticos, consubstanciada na Lei nº 9.096/1995, ao determinar a natureza jurídica subjacente aos partidos, delimita que essas agremiações têm por objetivo garantir, em prol do regime democrático, a legitimidade do sistema representativo e a proteção dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal.

- Nesse contexto, não se enquadra na esfera de atribuições dessas entidades a finalidade educativa, [como sustentado pelo PT](#). Como exemplo dos conteúdos educacionais considerados pela legenda, o secretário nacional de comunicação da legenda, Jilmar Tatto, citou [“documentários, histórias do PT, campanhas do passado e, claro, os feitos do novo governo Lula”](#).

- Além disso, a veiculação de materiais produzidos por partidos políticos no rádio e na televisão, além de estar sujeita a regulamentações específicas, encontra-se restrita no que concerne aos dispositivos compreendidos entre os [arts. 50-A e 50-E da Lei nº 9.096/1995](#). Tal cenário contrasta com a demanda de concessões públicas.
- Evidenciamos que tal cenário manifesta uma clara discrepância com os preceitos estabelecidos pelo enquadramento normativo eleitoral, o que culminaria em um possível favorecimento desigual de determinado partido.
- Resumidamente, é nossa compreensão que a concordância por parte do Ministério das Comunicações com a solicitação do PT evidenciaria uma situação flagrantemente absurda, em que a máquina estatal é mobilizada em benefício exclusivo de uma única agremiação partidária.
- **Interpretamos tal medida como contrária à Constituição Federal, a qual garante o direito à equidade entre os partidos e a disponibilidade gratuita do acesso aos meios de rádio e televisão.**

Com o intuito de ilustrar a presença da antinomia, suscitamos a seguinte questão: no decorrer do período eleitoral, seria admissível que um único partido detivesse a permissão para difundir conteúdos de caráter ideológico-partidário incessantemente, ao longo das 24 horas do dia, por meio de canal próprio como proposto pelo PT?



## Serpro em Crise: desperdício financeiro e gastos com pessoal abala estatal tecnológica

- O Serpro enfrenta dificuldades econômico-financeiras há alguns anos, recebendo aportes de capital da União devido a prejuízos acumulados.
- Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revela baixa eficiência operacional, preços acima do mercado e baixa satisfação dos clientes, resultando em prejuízos para a estatal.
- Nesse ínterim, foram observadas contratações questionáveis de consultorias, levantando preocupações sobre a transparência e os processos licitatórios da empresa.

### Prejuízos somam mais de R\$ 500 milhões

- O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é um dos principais fornecedores de tecnologia do governo federal. A Receita Federal do Brasil, por exemplo, contribui com cerca de metade do faturamento da estatal.

De acordo com uma [auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#), o Serpro tem enfrentado desafios no âmbito econômico e financeiro. Nos últimos oito anos, o governo federal precisou realizar quatro injeções de capital para auxiliar a estatal, totalizando um valor que ultrapassa R\$ 700 milhões. A medida foi necessária devido a prejuízos acumulados no período entre 2007 e 2016, os quais totalizaram R\$ 597 milhões.

- Durante o período compreendido entre 2014 e 2017, foi observado que a estatal apresentou um índice reduzido de eficiência operacional e adotou valores superiores aos de mercado no âmbito do segmento de desenvolvimento. Em especial, o tribunal reporta que o déficit da estatal deve-se, primordialmente, ao [elevado gasto com pessoal ante a receita gerada pela empresa](#), com destaque para a [contratação irregular](#) de mão-de-obra terceirizada.

- Foi constatada também a falta de transparência na determinação dos preços e uma taxa de satisfação dos clientes com os serviços prestados que apresentou nível satisfatório e situou em níveis reduzidos, aproximando-se de cerca de 50%.
- Atua também como um fator desfavorável para a estatal as contratações suspeitas realizadas através da inexigibilidade de licitação. Em agosto, o Serpro assinou contrato com [a empresa de consultoria Gartner](#), por meio de um procedimento considerado inexigível, com um valor de R\$ 19,5 milhões.
- Pretensamente, essa contratação destina-se a obter “serviços de assinatura para acesso a ba-

The screenshot displays the official page for the contract 'EXTRATO DE CONTRATO Nº 162067/2023 - UASG 803060' on the gov.br portal. The page features the Brazilian coat of arms and the text 'DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO'. Below this, it provides details for the contract, including the process number (SERPRO-PTC-2023/00088), the ineligibility number (00625/2023), and the contractor (GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA). The contract value is listed as R\$ 19.588.366,00. The page also includes a 'VERSÃO CERTIFICADA' button and a 'DIÁRIO COMPLETO' button. At the bottom, there is a footer with the gov.br logo, 'Portal da Imprensa Nacional', and statistics for the portal's audience.

ses de conhecimento da Gartner, incluindo interações, consultas a analistas e suporte executivo”.

- Não obstante o renome e competência inegável da consultoria contratada, há outras empresas capazes de oferecer serviços de mesma natureza, o que **nos faz questionar a ausência de procedimento licitatório para garantir a disputa ilibada entre organizações e o melhor preço para o erário público.**
- Importante ressaltar que essa não é a primeira ocasião em que o Serpro se encontra envolvido em contratações de consultorias suscetíveis a questionamentos.

- Recentemente, [o Tribunal de Contas da União \(TCU\) interrompeu a execução de um contrato emergencial](#) firmado entre o Serpro e a consultoria PwC, no montante de R\$ 12,3 milhões, estabelecido sem a realização de um processo licitatório.
- De acordo com o relator, Bruno Dantas, existiam indícios de que o valor poderia estar acima do necessário, especialmente considerando que o Banco Central havia contratado um serviço semelhante com a mesma consultoria por R\$ 240 mil.



**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

# Brasil opta por apoiar ditaduras e regimes autocráticos contra os direitos humanos

A entrada de seis novos membros dá ao BRICS o perfil de bloco antiocidental, conivente com governos autocráticos que perseguem minorias.

Procurando mais influência política e econômica num sistema global dominado pelos Estados Unidos e Europa, o BRICS concordou nessa quinta-feira (24 de agosto), em expandir-se, trazendo seis novos países. Juntando-se à China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul estão a Arábia Saudita, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia. A inclusão do Irã e da Arábia Saudita, por exemplo, é particularmente alarmante. Ambos os países têm históricos notórios de violações, repressões a dissidentes e ausência de liberdades fundamentais.





Poder 360

O cenário atual, com o isolamento internacional da Rússia por causa da guerra da Ucrânia - do qual a China faz questão de ignorar -, e a inclusão de países autocráticos que pouco respeitam os direitos humanos, também afetaram a parte antiga dos BRICS, que em vez de fortalecer a cooperação entre nações em desenvolvimento, pode ser vista como uma tentativa de consolidar uma frente de nações com inclinações autoritárias.

A Árabia Saudita, uma monarquia absolutista, tem sido criticada por sua repressão brutal, enquanto o Irã, sob regime teocrático, continua a reprimir a liberdade de expressão e a perseguir minorias.

**É pouco provável que o ingresso de novos integrantes conduza a uma grande infusão de capital. Isso deixa o banco em uma enrascada, sem probabilidades de avanço.**

Ademais, o que ficou evidente, foi o protagonismo da China, que saiu da cúpula mais fortalecida, para desconforto de Brasil e Índia, ao impor principalmente a adesão de ditaduras como Árabia Saudita e Irã, inimigos jurados há até poucos meses atrás.

“O fato é que aquela agenda pacífica de conflitos, do fortalecimento da ONU e da proposta de reformar o sistema financeiro internacional perdeu um pouco da credibilidade com o contexto político atual e também com essa expansão”, diz o professor **Borba Casella**, professor de Direito Internacional e coordenador do grupo de estudos sobre o Brics (Gebrics) da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo ele, na prática, a inclusão dessas seis nações empobreceu o Brics ao tirar peso dos antigos fundadores. “Nada contra os países entrantes, mas essa inclusão não soma para o Brasil nem para o BRICS, apenas para a China”. acrescenta o especialista.



“Com a economia da China em crise, com um escândalo imobiliário, a destituição inexplicável do ministro dos Negócios Estrangeiros e a súbita demissão de generais importantes, Xi precisava de uma vitória política para exhibir seu país, sugeriu Phillipe Le Corre, especialista em China do Instituto de Políticas da Sociedade da Ásia.

Jim O’Neill, antigo economista da Goldman Sachs que criou o termo BRICS, alega que as reuniões do bloco são “todas uma questão de simbolismo”, acrescentando: “Não está claro para mim se as cimeiras do BRICS fizeram alguma coisa”. E a retórica muitas vezes elevada que emana da reunião de cimeira disfarçou problemas significativos que poderão pesar fortemente sobre os membros do grupo nos próximos anos.

Neste contexto, é crucial refletir sobre o NBD (Novo Banco de Desenvolvimento), que foi promovido pelos países do BRICS e criado em grande parte para reduzir a dependência dos países em desenvolvimento do financiamento baseado em dólares, alternativas ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao Banco Mundial. Depois de se estabelecerem em Xangai com um capital inicial de 100 bilhões de dólares, os membros descobriram que seria difícil confiar apenas nos bancos e nos mercados de capitais da China. O banco então começou a contrair empréstimos junto de investidores Institucionais em Wall Street, bem como de bancos estatais da China.

O contexto da guerra fez com que Wall Street tivesse receio de conceder empréstimos a um banco detido em quase 40% pela Rússia e pela China. A Fitch Ratings rebaixou a classificação de crédito do banco em julho de 2022, citando desafios ao seu acesso a mercados de títulos em dólares. **Os banqueiros de investimento disseram aos representantes do NBD que o custo de contrair novos empréstimos de dívida poderia ser mais do que o quádruplo que era antes da invasão, dificultando assim a angariação de fundos.** Se o custo do empréstimo do banco aumentar, as taxas de juros também aumentarão, minando o próprio propósito do banco.

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, o NBD corre o risco de se tornar um banco fantasma. Oito anos depois de sua criação, o banco praticamente deixou de conceder novos empréstimos e está tendo dificuldades em captar fundos em dólares para pagar suas dívidas, tudo isso, diante de uma análise de suas finanças e entrevistas com banqueiros e especialistas no assunto.

Wall Street também encontrou outro motivo de preocupação quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou Dilma Rousseff, ex-presidente que sofreu impeachment em 2016 por supostamente manipular o orçamento do governo para esconder défices, como chefe do banco. A escolha de Lula gerou polêmica, já que o presidente do banco deveria ser eleito pelo conselho.





## Alerta trabalhadores: governo quer ressuscitar a Contribuição Sindical Obrigatória

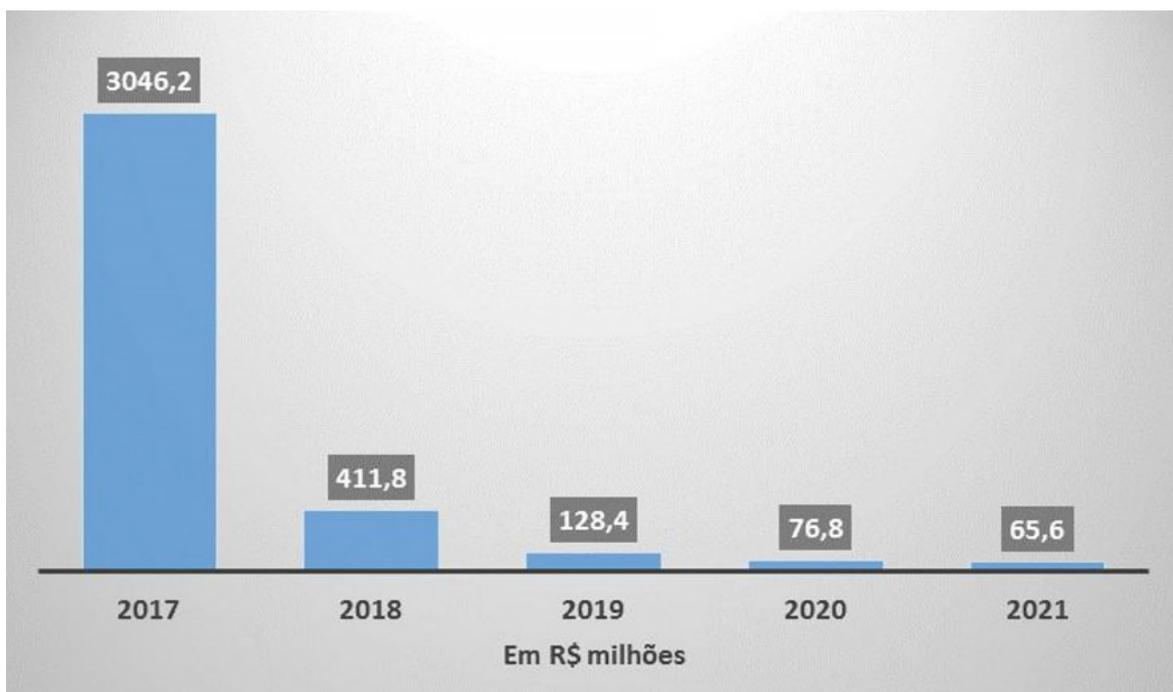
- O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, encontra-se atualmente empenhado em reavivar a obrigatoriedade da contribuição sindical.
- Desde 2017, após a eliminação da exigência da obrigatoriedade, houve uma abrupta diminuição na arrecadação da contribuição sindical, o que sugere eficácia limitada dos sindicatos em atender as necessidades dos trabalhadores.
- A proposta em discussão é impor uma contribuição compulsória de 1% do rendimento anual dos trabalhadores, o que representa aproximadamente três dias e meio de trabalho.
- A nova proposta é ainda mais onerosa do que o sistema anterior, que exigia um dia de trabalho dos contribuintes.

R\$ 3,5 bilhões  
para sindicatos.  
Você se sente  
representado?

Luiz  
Marinho, ministro  
do Trabalho, tem  
reafirmado o interesse  
da pasta em retomar  
a obrigatoriedade  
da contribuição  
sindical.

- Em 2016, a arrecadação com a contribuição sindical foi de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. Desde a aprovação da reforma trabalhista de 2017, o montante tem diminuído drasticamente, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico - Arrecadação Contribuição Sindical



Fonte: Ministério do Trabalho

- A redução substancial pode ser primariamente atribuída à revogação da obrigatoriedade, que transformou a contribuição sindical em um pagamento voluntário por parte dos trabalhadores.
- Sem dúvidas, essa queda indica de forma evidente as lacunas nas relações sindicais então configuradas, com os trabalhadores percebendo uma ausência de representatividade por parte dos sindicatos e suas estruturas desatualizadas.
- Mesmo em face do progresso tecnológico e das mudanças nas dinâmicas trabalhistas, é notório que essas instituições persistem utilizando os mesmos recursos da era da Revolução Industrial.
- A proposta em discussão sugere a imposição de uma contribuição compulsória de 1% sobre o rendimento anual do trabalhador, equivalente a aproximadamente três dias e meio de trabalho. Sob essa perspectiva, a iniciativa se mostra mais desfavorável em relação ao passado, uma vez que o encargo anterior consistia em apenas um dia de trabalho.
- No passado, essa medida conduziu à multiplicação de sindicatos, abrangendo desde aqueles que legitimamente promoveram os interesses dos trabalhadores até os conhecidos como “sindicatos de papel”. Essa última categoria é caracterizada por representar unicamente o grupo de sindicalistas que o criou, visando obter uma parcela da contribuição sindical compulsória.
- Assim, nos deparamos com a iminência de um retrocesso substancial nas dinâmicas laborais, à medida que ressurgem a obrigação de os trabalhadores destinarem uma parte de seus rendimentos aos sindicatos.
- Importante notar que o Supremo Tribunal Federal já confirmou a constitucionalidade do fim da compulsoriedade da contribuição sindical dos salários dos trabalhadores.



## 2 ECONOMIA

### Agenda do PT faz Bahia regredir 7 posições em ranking de competitividade dos estados

- Os rankings de competitividade dos [estados](#) e dos [municípios](#), iniciativas do [Centro de Liderança Pública \(CLP\)](#), mostram os efeitos das gestões de peças-chave do governo em suas próprias regiões.
- Educação e Infraestrutura são apontados como principais gargalos do país. [Diretor-executivo do CLP](#), no entanto, destaca que: “A competitividade de um estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos”.



Lucas Moura/Secom



Após a última gestão do PT na Bahia, o estado caiu 7 posições no ranking, figurando em 24º no país e na última posição entre os estados do nordeste.

- Abaixo da Bahia se encontram justamente os três menores estados, em termos populacionais, da Federação. O estado destoa dos outros por ser o quarto mais populoso do país.
- Eficiência da máquina pública, inovação e sustentabilidade ambiental pesaram para a queda do estado no ranking. No entanto, **o resultado negativo se deu sobretudo após uma queda de 17 posições em Capital Humano** - um indicador que captura informalidade, proporção de trabalhadores com ensino superior, inserção de jovens no mercado de trabalho e desocupação prolongada.

Fato semelhante ocorreu no Maranhão que, apesar de ter avançado em alguns indicadores, apresentou queda de 15 posições em Capital Humano.

- O ranking também mostra a forte desigualdade regional do país: os 11 estados das regiões centro-oeste, sul e sudeste ocupam as 11 primeiras posições.
- Diversas melhorias no ranking se deram por meio de reformas estruturantes nos estados. O Executivo Federal, no entanto, parece estar indo em direção oposta ao tentar reverter reformas de governos passados.

# “Limar a reforma tributária”? PT se omite e não apresenta emendas

- Após a aprovação da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, o Ministro Fernando Haddad afirmou que o [“Senado dará limada”](#) na reforma para reduzir o número de exceções.
- Isso ocorreu após a inclusão de diversas exceções no texto da reforma pouco antes da votação da PEC 45/19.
- Destacamos que as exceções na reforma tributária possuem elevado custo. De acordo com os dados do [Ministério da Fazenda](#), o texto aprovado na Câmara gerou até 5 p.p a mais na alíquota geral.
- O governo admitiu que não acompanhou as mudanças de última hora no texto. Por isso, os impactos só foram divulgados cerca de um mês depois da aprovação na Câmara - apenas após forte pressão dos senadores.
- Isso revela que o governo, apesar de argumentar que gostaria de “limar” a reforma, não se movimentou para alterar pontos do texto - se omitindo do debate.
- Por outro lado, o Observatório da Oposição calcula que mais de [60% das emendas apresentadas](#) foram de senadores da oposição.
- Especula-se que, como a reforma só terá efeitos no fim do atual mandato, o governo **direcionou o foco para pautas arrecadatórias**, com o objetivo de bancar o arcabouço fiscal.



Estadão

Considerando a importância dessa reforma, 90 emendas foram apresentadas até o dia 25/08/2023. No entanto, **nenhuma foi de senadores do PT.**